

O BCE ESTÁ A FINANCIAR A ESPECULAÇÃO DOS BANCOS- a banca em Portugal lucrou com isso já 3.828 milhões € à custa das famílias, empresas e do Estado – O DILEMA ACTUAL: OU ESTA SITUAÇÃO É ALTERADA RAPIDAMENTE OU O PAÍS TEM DE SAIR DA ZONA EURO

Tal como aconteceu antes da crise de 2008, em que os bancos financiaram os especuladores, a uma taxa de juro baixa, para que pudessem depois obter elevados lucros, agora também o Banco Central Europeu (BCE) está a financiar a banca a uma taxa de juro também muito baixa (1%), não impondo quaisquer limites na utilização desse dinheiro, para que depois os bancos possam obter lucros extra à custa das taxas de juro elevadas que cobram não só aos Estados, mas também às famílias e às empresas. É um esquema que interessa tornar claro para todos, embora os comentadores oficiais com acesso privilegiado aos media nunca se refiram a ele, procurando assim ocultá-lo. Por isso vamos voltar a ele. E esse esquema “diabólico” é o seguinte.

Antes de ter entrado para a Zona Euro, Portugal possuía um Banco Central (Banco de Portugal) que podia emitir moeda (escudos), e que comprava dívida ao Estado a uma taxa reduzida, assegurando assim o seu financiamento e também garantindo que nunca o Estado entrasse em falência porque o Banco de Portugal disponibilizava sempre os meios financeiros para que o Estado pagasse os seus compromissos. As únicas limitações eram, em relação à dívida externa, que teria de ser paga em divisas o que obrigava o Estado a recorrer fundamentalmente ao endividamento interno para se financiar, e a necessidade de evitar que a inflação disparasse.

Com a entrada para o euro, o Banco de Portugal e o Estado português perderam esse poder que passou para o Banco Central Europeu (BCE). Só ele é que pode emitir euros. Para além disso, foi introduzida uma norma nos Estatutos do BCE que proíbe que este banco compre directamente dívida aos Estados. No entanto, pode comprar dívida soberana, ou seja, dos Estados no chamado “mercado secundário” onde têm acesso os bancos. Portanto, está-se perante a situação caricata que permite à banca especular com a dívida emitida pelos Estados, que é a seguinte: o BCE não pode comprar directamente a dívida ao Estado português, mas já pode comprá-la aos bancos que a adquirem. E então o esquema especulativo montado pela U.E. e pelo BCE para enriquecer a banca à custa dos contribuintes, das famílias, e do Estado português é o seguinte: a banca empresta às famílias, às empresas e ao Estado português cobrando taxas de juro que variam entre 5% e 12%, ou mesmo mais, depois pega nessa dívida, titularizando-a, e vende-a ao BCE obtendo empréstimos a uma taxa de juros de apenas 1%.

Vejamos então quais têm sido os efeitos para Portugal deste sistema especulativo, que tem sido sistematicamente oculto pelo governo e pelos comentadores oficiais, financiado pelo BCE, banco este que, em princípio, devia servir os Estados que constituem a Zona Euro e não a especulação.

EM APENAS 3 ANOS A DIFERENÇA DE TAXAS DE JURO DEU À BANCA PORTUGUESA UM LUCRO DE 3.828 MILHÕES DE EUROS

O quadro seguinte, construído com dados do Boletim Estatístico do Banco de Portugal, mostra, de uma forma quantificada, os custos para as famílias, para as empresas e para o Estado, daquele mecanismo especulativo criado na Zona do Euro e financiado pelo BCE, no período 2008-2010.

Quadro 1 – Financiamento da banca pelo BCE, juros pagos ao BCE, e juros depois cobrados pela banca pela concessão de empréstimos com os meios cedidos pelo BCE

ANOS	Recursos obtidos pela banca do BCE Milhões €	Taxa de juro cobrada pelo BCE	Juro anual pago banca ao BCE Milhões €	Taxa de juro média cobrada pela banca em Portugal segundo Banco Portugal	Juros cobrados pela banca em Portugal dos empréstimos do BCE - Milhões €	Margem Financeira Líquida (Diferença de juros que reverteu para a banca em Portugal) Milhões
2008	14.407	1%	144	6,87%	990	846
2009	19.419	1%	194	5,05%	981	786
2010	48.788	1%	488	5,50%	2.683	2.195
SOMA			826		4.683	3.828

FONTE: Boletim Estatístico -Março 2011 -Banco de Portugal

Segundo o Boletim Estatístico de Março de 2011 do Banco de Portugal, a banca a operar em Portugal obteve, do BCE, financiamento no valor de 14.407 milhões € em 2008; de 19.419 milhões € em 2009; e de 48.788 milhões €, pagando uma taxa de juro de apenas 1%, o que determinou que, por este volume de empréstimos, deverá ter pago ao BCE cerca de 826 milhões €. Segundo também o Boletim do Banco de Portugal, a banca cobrou pelos empréstimos que, com esse dinheiro obtido do BCE, depois concedeu a particulares, a empresas e ao Estado, taxas de juro médias que variaram entre 5,05% e 6,87%, o que permitiu à banca embolsar, nos três anos, juros que somaram 4.683 milhões €. Se subtrairmos a esta receita de 4.683 milhões €, os juros que teve de pagar ao BCE – 883 milhões € - ainda restam 3.828 milhões €, que constitui a sua margem financeira líquida obtida só com o financiamento do BCE à taxa de 1%.

A BANCA AUMENTOU TAMBÉM OS LUCROS LIQUIDOS À CUSTA DE IMPOSTOS NÃO PAGOS

Mas não é apenas o BCE e os mecanismos criados na Zona do Euro que financiam a especulação dos mercados, ou seja, dos bancos à custa das populações. Como isso já não fosse suficiente, em Portugal, através da multiplicação de benefícios fiscais concedidos à banca, aprovados pelos sucessivos governos e mantidos numa altura em que são impostos sacrifícios à maioria dos portugueses, os lucros da banca têm aumentado também à custa dos impostos que não paga. O quadro seguinte, construído com dados também constantes do Boletim Estatístico do Banco de Portugal de Março de 2011, mostra como a banca continua a gozar de elevados benefícios fiscais, determinando a perda de elevada receita fiscal para o Estado.

Quadro 2 – Resultados Antes de Impostos, Imposto pago e Imposto que a banca devia pagar, e Lucro Líquido em 2009 e 2010

ANOS	Resultados da banca Antes Impostos Milhões €	Impostos Pagos Milhões €	Taxa de Imposto paga (efectiva)	Imposto que a banca devia pagar (IRC:24,9%+1,5% derrama=26,4%) (*) Milhões €	Imposto que a banca não pagou mas que devia ter pago Milhões €	LUCROS LIQUIDOS Milhões €
2009	2.247	446	19,8%	594	148	1.801
2010	2.543	329	12,9%	672	343	2.214
SOMA	4.790	775	16,2%	1.266	491	4.015
Varição entre 2009-10	+13,2%	-26,2%	-34,8%	+13,3%	+131,5	+22,9%

FONTE: Boletim Estatístico - Março 2011 -Banco de Portugal; (*) A taxa de IRC para os lucros até 12.500€ é de 12,5%, sendo a taxa de 25% aplicada aos restantes lucros

Segundo o Banco de Portugal, entre 2009 e 2010, os Resultados Antes de Impostos da banca em Portugal aumentaram 13,2%, mas o valor dos impostos pagos sobre os lucros (IRC + derrama) diminuíram em -26,2%, pois passaram de 446 milhões € para 329 milhões €, o que determinou que os Lucros Líquidos da Banca tenham aumentado (+22,9%), portanto mais do que a subida registada nos Resultados Antes de Impostos (13,2%). O aumento mais elevado nos Lucros Líquidos da banca deve-se ao não pagamento dos impostos que qualquer outra empresa está sujeita. Em 2 anos apenas (2009/2010), a banca em Portugal devia ter pago mais 491 milhões € de impostos se tivesse pago a taxa legal. A taxa média efectiva de impostos sobre lucros paga pela banca em Portugal foi, em 2009, de 19,2% e, em 2010, de apenas 12,9%, o que dá uma taxa média de 16,2% para o período 2009-2010, quando a taxa legal é de 26,4% (24,9% de IRC + 1,5% de derrama). A injustiça fiscal no nosso País atingiu uma dimensão nunca antes atingida depois do 25 de Abril, e quando a carga fiscal sobre trabalhadores e pensionistas cresceu muito.

A ESPECULAÇÃO COM A DÍVIDA SOBERANA PORTUGUESA FINANCIADA PELO BCE

Este ano, segundo o OE-2011, o Estado Português necessita de 45.000 milhões € para financiar, por um lado, os empréstimos cujo prazo de pagamento termina este ano e, por outro lado, para cobrir o défice orçamental que Sócrates e Passos pretendem que corresponda a 4,6% do PIB (7.980 milhões €). Se Portugal tiver de pagar taxas de juro entre 8% e 9%, uma empréstimo naquele montante custará ao País cerca de 3.825 milhões € de euros por ano só de juros. Se a banca emprestar aquele valor e se depois conseguir vender essa dívida ao BCE pagando uma taxa de juros de apenas 1%, o encargo que ela terá será de 450 milhões € por ano, o que determinará que a sua margem financeira líquida será de 3.375 milhões €/ano. E em 2012, para além daqueles 45.000 milhões €, o Estado português precisará de se financiar em mais 35.000 milhões €, o que determinará que os encargos anuais só com juros, se se mantiver a mesma taxa aumentará em mais 2.975 milhões €. Tenha-se presente que a soma destes dois empréstimos representam apenas metade da dívida do Estado. E este tem mais juros a pagar pela restante metade da dívida. É uma situação incomportável e insustentável para o País e para os portugueses. É urgente por cobro a este esquema diabólico que tem como objectivo financiar os lucros da banca, que foi responsável pela grave crise financeira que enfrentamos, à custa dos contribuintes portugueses e do crescimento da economia portuguesa. As agências de "rating", cujos lucros aumentaram significativamente em 2010, e uma parte importante das suas receitas são pagas pelos bancos (em 2010, as receitas da *Standard & Poor's* e *Moody's* atingiram 3,5 milhões €, e os seus lucros 1,31 milhões €), acabam por participar de uma forma perversa – são parte interessadas – em todo este esquema, que só terminará, quando a banca for eliminada do circuito de intermediação, e os Estados da Zona Euro poderem-se financiar junto do BCE, embora de uma forma controlada e com limites. A não acontecer isto, os países como Portugal, para não deixarem de se poderem financiar, terão de sair da Zona Euro, e os seus bancos centrais adquirirão novamente o poder para emitir moeda. Eis o dilema que se coloca e que se terá de enfrentar. O recurso ao chamado Fundo Europeu de Estabilização Financeira não resolverá o problema, pois não impedirá a especulação, como provam os casos da Irlanda e Grécia.

Eugénio Rosa – Economista, edr2@netcabo.pt, 4.3.2010